

Wilson Figueiredo*

Uma vez admitido que em política a versão teve procedência sobre o fato — e que, ao passar à História, ela entrará em quarentena e ele seja vasculhado —, é perfeitamente ocioso querer o interessado apressar a sentença. A História não faz julgamento sumário nem é tribunal de pequenas causas.

O presidente Sarney gostaria de fazer a cabeça dos brasileiros a respeito do seu governo; a tempo de sair pela porta da frente. Tem lá as suas razões. Para o cidadão, porém, é indiferente que o presidente passe agora ou depois desta para melhor versão histórica.

Claro que Sarney terá o seu lugar na História, quando ela tiver de ser escrita, mas não poderá escolher o lugar como quem compra uma poltrona de teatro. Uma coisa é certa: trate de tirar o cavalezinho da chuva, porque não constará como o primeiro presidente do novo ciclo civil. Entrou pela via indireta e, embora deva ser reservista de segunda categoria, vai figurar como o último da série militar. O presidente não se dispõe a esperar por um piedoso e retardatário revisionista.

Que Sarney venha vociferar pela televisão numa segunda-feira o que vem dizendo em vão às sextas pelo rádio, compreende-se. Só seria grave se estivesse sinceramente convencido do que diz. Se apenas finge sinceridade, está dentro das regras do jogo.

O presidente fez valer o seu direito de resposta pelo que disseram dele em debate os candidatos oposicionistas ao seu lugar. Desde que ninguém se lembrou de ouvi-lo, ofereceu-se para a entrevista de mais gritos do que sussurros. Saiu-se bem o presidente, tem particular para o público A (de áulico, bem entendido), junto ao qual colhe sempre as primeiras e mais favoráveis repercussões. O escritor poderia ter melhorado, se houvesse tempo, o texto que o orador emitiu em ondas longas. Para o público B (de burocracia) foi sofrível, e não chegou ao público C (de civil) que ficou mesmo na *Globo* — a crer na pesquisa de audiência.

Valeu o esforço presidencial, quase desforço físico com os entrevistadores. *Non nova sed nove* — diziam os romanos, e não perderam o latim. Até hoje não precisa necessariamente ser, basta parecer novo. O presidente faz às sextas-feiras sessões de terapia eletrônica, mas a cura pelo rádio não apresenta melhoras. Enquanto o governo se põe no horizonte, Sarney diz o que lhe vem à cabeça, mas os contribuintes não se alteram. Clinicamente, esse dia de auto-exaltação não compensa os seis de depressão política. O mal constitucional que abate o ânimo do presidente foi agravado pela recente Constituição que apagou a memória dos quatro anos anteriores. Desde 5 de outubro, a intervalos cada vez menores, se revezam na cambiante personalidade de Sarney atos de agressão e júbilo de amor à Constituição.

O hábito didático de dividir o Brasil em dois, para efeitos eventuais, acabou criando uma dúvida no presidente. A unidade se limitou ao singular que ele utilizou à paulista ao afirmar na Bandeirantes que "nós temos dois Brasil". Um nervoso, nas grandes cidades. Outro confiante, mais para dentro. A visão bifocal separa 60 milhões por um padrão de vida europeu (efeito do Mercado Comum?) e os outros 30 milhões num padrão africano. Diante dos olhinhos azuis e piedosos de Marília Gabriela, Sarney arrematou que "o país eleitoral é superior ao real". Foi a explicação que se ofereceu.

A questão agora é saber de qualquer deles Sarney é presidente. Diante de europeus e africanos, que o rejeitam por motivos diversos, ele tomou posse num terceiro país de cuja existência só ele sabe — um Brasil que pessimistas e negativistas não enxergam — e que lhe fornece cifras. É a esse terceiro Brasil, de economia invisível, que se refere quando promete entregar ao portador da vitória eleitoral a terceira de-

mocracia do mundo, sem revelar as outras duas.

Nesse fabuloso e ocioso país nascido da ausência de governo, os salários estão em alta e o "salário mínimo é hoje 30% de ganhos reais" que nenhum economista, descontada a retórica, consegue converter em moeda corrente. Quando chegou ao governo, era semestral a correção dos salários. "Nós implantamos a correção mensal" que, como ele não sabe, jamais venceu a corrida contra os preços. Explica-se assim a recente incompatibilidade de Sarney com os economistas: esconderam-lhe a inflação.

A respeito dos dois Brasil, Sarney lembra "o país gritante, que reclama" e não quer saber dele, e o outro do qual ele não quer saber. Por exclusão, acabou presidente do terceiro, que não existe para o IBGE nem para a Receita Federal. É nele que "o aposentado nunca foi tão bem tratado" e onde nunca haverá hiperinflação. Pela primeira vez um governante se vale da economia invisível perante a opinião pública. Por que não levá-lo ao FMI?

A crise constitucional que a cada passo atrás Sarney reitera não exclui a crise gramatical que se agravou. Sarney voltou do bicentenário sem explicar satisfatoriamente a viagem, a comitiva e a bagagem. E não teve o cuidado de esconder na TV os galicismos que trouxe na mala: "Essa comitiva que dizem (...), ela não existiu." O país invisível escreve com tinta chinesa. Viajaram apenas as 15 pessoas cujos nomes foram publicados no *Diário Oficial*. Os demais não constam da relação e, portanto, não viajaram. É o que se pode chamar de transparência.

"Não teve festa nenhuma", bradou o presidente, valendo-se de duas enfáticas negativas que já não fazem uma afirmativa. Palavra contra palavra não resolve a divergência. Sarney franqueou no Brasil invisível o uso dos pronomes demonstrativos e criou o precedente ao utilizar oficialmente um pelo outro: referiu-se a esse Brasil para mostrar que assumiu a terceira dimensão política — e nos deixou *este*. Enfim, a isonomia pronominal. Tanto faz esse como este. "O presidente foi assistir festejos que haviam lá" é, conseqüência, os galicismos irrompem com grande sucesso social: "O presidente, ele tem sido um homem que não tem apenas ensinado democracia. Ele tem praticado a democracia." (Pena que não ensine nem pratique na televisão boas normas gramaticais.)

No terceiro Brasil, o presidente se trata na terceira pessoa para evitar a empáfia da primeira. É bom variar de pessoa. Recomendação da numerologia? Vai por conta da ênfase na modéstia, que assenta a quem está de saída. A primeira pessoa, quando falta à verdade, é insuportável. "A inflação brasileira, ela vive em patamares" — a elegância do galicismo atenua a falta de modos da inflação?

Em compensação, o Congresso de Cardiologia "que teve aqui em Brasília" quase obrigou a gramática a submeter-se a uma ponte de safena. "Eu acho", diz Sarney, "que o presidente da República, num momento de transição *desse*, ele deve ter outra postura." Quando nada, postura léxica correta. E a defesa de Camões, em bom português, precisava agredir? O presidente do Banco Central "não tinha nenhum acesso àqueles problemas que estavam havendo". Sarney não voltou do bicentenário falando fluentemente o francês, e, na pressa e na dúvida, ainda tropeçou na língua materna ao dar explicações: "Que deformação que teve nessa minha viagem."

Mais uma vez jurou que não queria ser presidente da República. Por que aceitou? Em *Esau e Jacó*, o personagem Batista indagou do conselheiro Aires se podia aceitar, na hipótese de oferecimento, ser presidente de província, e ouviu dele: "Pode, uma presidência aceita-se."

Sarney consideraria uma indelicadeza com a História a recusa de uma presidência mesmo de um país que não existe.